

Época de Transição¹

O Renascimento

INICIO DA IDADE MODERNA

Renascimento e humanismo

Renascimento, Idade Média, idade Moderna - estes conhecidos termos definidores das épocas da história europeia estabelecem uma continuidade histórica, na medida em que diversas culturas são por eles delimitadas entre si. No século XV, no início da Idade Moderna, já havia consciência da possibilidade desta delimitação, por oposição à Idade Média, que conhecera outras divisões da história, orientadas por afirmações bíblicas e teológicas e que se acreditava estarem ancoradas no plano criador acabado. No século XVIII impôs-se definitivamente a convicção de que se estava a viver uma nova época desde há cerca de três séculos. (O termo “época”, no sentido atual, surgiu naquele tempo.)

De fato, no século XVIII, muitos desenvolvimentos da Idade hoje chamada Moderna, com o tempo do Renascimento, atingiram o seu ponto culminante, O sistema do Estado pós-medieval estava estabelecido, os valores cristãos e de tradição política feudal foram profundamente relativizados pelos pensadores do iluminismo, as instituições culturais e toda a concepção do mundo foram secularizadas (isto é, desligadas de compromissos e dogmas eclesiásticos).

As ciências tinham um papel decisivo e autônomo. O remanescente dos sistemas de conceitos escolásticos foi eliminado. As formas da natureza e os povos de todo o mundo foram comparados e classificados; a burguesia cosmopolita tomou consciência de ser uma camada vasta e fundamental da sociedade, com potencial revolucionário, e o indivíduo encontrou novas formas de expressão do eu.

As primeiras raízes modernas desta situação no século XVIII estavam fundamentalmente em inovações (e/ou melhoramentos de aplicação) de práticas decisivas do século XIV, enumeradas por Francis Bacon no seu livro de 1620: “A arte da impressão, a pólvora e a bússola [mudaram a forma e a face das coisas no mundo; seguiram-se-lhes inúmeras modificações das coisas, e parece que nenhum império, nenhuma seita, nenhum astro teve maiores efeito e influência para o interesse humano do que essas coisas mecânicas.”

¹ DELUIS, Christophe *et alii*. História da Filosofia. Colônia, Alemanha : Könenmann, 2001.

De fato, as “três coisas” podem ser ligadas aos acontecimentos históricos que constituem o início da Idade Moderna: a tipografia, com a erudição humanista do Renascimento, os panfletos e escritos da Reforma; a introdução de armas de fogo com o fim da cavalaria e, por conseguinte, também com o desenvolvimento de novas formas de governo; e a invenção da bússola, com as descobertas geográficas da época (Colombo, Vasco da Gama).

Em meados do século XVI, o pintor e arquiteto Giorgio Vasari publicou biografias de artistas famosos, cuja série começa com os primeiros que “superaram” o estilo gótico, chamado por Vasari “bárbaro”. Aqui a Idade Média é definida como uma época obscura por oposição à Antiguidade e ao seu renascimento (renaissance) na arte italiana do século XIV (Giotto) e depois, sobretudo, do XV e início do XVI (por exemplo, Leonardo da Vinci, Miguel Ângelo, Rafael). No século XIX, “Renascimento” foi um termo empregue para caracterizar toda uma época cultural, desde aproximadamente o período de 1400 até 1530 ou também até 1600, e que no essencial estava limitado à Itália ou então tivera a sua origem naquele país.

De acordo com a sua origem, o termo “Renascimento” foi delineado de forma bastante precisa na história de arte; noutras áreas, a sua delimitação parece muito mais difícil em comparação com os da Idade Média e do Barroco. Hoje, a imagem que se tem do Renascimento já não é a de um período de unidade cultural geral; ele é antes considerado uma “época-limiar”, na qual o novo ficou, de forma admirável, entrelaçado com a tradição medieval.

Muitas das inovações marcantes da época deram-se no campo das artes plásticas. No início do século XV os arquitetos e pintores descobriram a perspectiva central, que cria uma ilusão figurada de profundidade e permite representar o homem e as coisas no espaço devidamente proporcionados. Em comparação com o procedimento imaginativo estruturado por símbolos e fórmulas de imagens característico da pintura medieval, o procedimento de representação em perspectiva baseia-se na relação entre o objeto retratado, a superfície da imagem e o ponto de vista do observador, e transforma a imagem em função desses elementos. A imagem definida em termos científicos — e racionais — como reprodução exata da realidade, tal como ela surge aos nossos olhos. Aqui se manifestam a racionalidade moderna, com a sua concepção matemática do espaço e da natureza, e uma compreensão do mundo a partir do sujeito (observador), enquanto construção mental do mundo.

Assim como a imagem em perspectiva, através do seu ponto de vista sempre indicado, tem como objetivo o indivíduo observado, o novo gênero de pintura — a arte do retrato - tematiza a representação individualizada do Outro. Aliás, no Renascimento, a dignidade e a particularidade do indivíduo são freqüentemente realçadas; também aqui começa uma ruptura com a Idade Média, mais marcada pela idéia da comunidade religiosa coletiva no contexto das ordens religiosas. A novidade está sobretudo no fato de serem celebrados e coroados, não apenas príncipes, mas também poetas e “artesãos” como Giotto ou Miguel Ângelo.

O primeiro poeta e ao mesmo tempo o primeiro grande humanista da nova época a ser coroado com louros, segundo a tradição antiga, no Capitólio de Roma, foi Francesco Petrarca. O humanismo, enquanto corrente literária e filosófica do Renascimento, significa formação erudita nas artes e ciências que desenvolvem o lado humano do homem. Humanista e eram, no século XV, os professores recorrendo a fontes antigas, ensinavam gramática, retórica, na história, literatura e filosofia moral.

Os humanistas eram filólogos da literatura latina e, aos poucos, também da grega, mas, ao mesmo tempo, eram na sua maioria estilistas e retóricos brilhantes. Petrarca, tal como os seus sucessores, exigia o renascimento do homem por meio do regresso à Antiguidade e defendia a inseparabilidade do pensamento racional da linguagem culta. O seu modelo político era a república romana; o mesmo era válido, por exemplo, para o humanista florentino Leonardo Bruni, que expôs a sua convicção republicana de forma literária e, ao mesmo tempo, assumiu-a na vida prática, no exercício das suas funções num importante cargo público. A ligação entre teoria e prática era, aliás, uma exigência humanista e conduziu ao ideal renascentista do *uomo universale*, do homem moralmente seguro, de formação universal e, também no seu trato, douto e sábio.

O humanismo não ficou limitado apenas à Itália. O melhor conhecedor, no seu tempo, da literatura antiga e cristã foi Erasmo de Roterdão. A sua vasta correspondência difundiu-se por toda a Europa. O seu pensamento tolerante buscou o equilíbrio nas questões relacionadas com as paixões humanas, os conflitos religiosos, bem como no antagonismo entre a Antiguidade e o Cristianismo. Os humanistas também atuaram na Inglaterra e em França, e na Alemanha, Ulrich von Hutten pôde, apesar dos distúrbios da época, proclamar: “Oh, século, oh, ciência, é um prazer viver! As ciências florescem, os espíritos agitam-se”.

FILOSOFIA DO RENASCIMENTO

Nicolau de Cusa

A douda Ignorância do infinito

A mudança de perspectiva, já moderna, para a realidade lingüística e histórica do mundo humano, com paralelo no realismo dos artistas renascentistas, levou os humanistas a criticarem reiteradamente a escolástica e os seus conhecimentos metafísicos, desligados da natureza e de forma puramente lógica, bem como os seus infundáveis comentários sobre a obra de Aristóteles. Petrarca expôs, contra Aristóteles, cujas obras permitiam que uma pessoa ficasse mais inteligente,

mas não melhor, a doutrina ética de Platão, iniciando assim uma evolução que culminou na criação da academia platônica em Florença.

Na filosofia de Platão, e particularmente na sua idéia do Bem, haveria uma aproximação à verdade divina, segundo Petrarca num dos seus textos intitulado: "Sobre a Sua Ignorância e a de Muitos Outros". A ignorância de que se fala aqui é a do cristão, para quem as últimas verdades só são acessíveis através da fé. Nicolau de Cusa (ou Nicolau Cusano), diplomata eclesiástico, cardeal, humanista e filósofo, faz deste aspecto a sua doutrina principal. No seu livro *De Docta Ignorantia* ("Da Douta Ignorância" ou "Do Desconhecimento Consciente"), de 1440, ele aceita a incompreensibilidade da infinidade de Deus e parte deste conhecimento para a determinação positiva dessa incompreensão enquanto tal.

Se o infinito é alheio ao mundo criado e às coisas particulares, ou seja o "absoluto" por oposição ao relativo, então o aparato lógico da escolástica não pode apreendê-lo. Esse aparato baseia-se em oposição, exclusão e/ou concordância, inclusão. Em absoluto, esses aspectos relativos não podem surgir; segundo Cusano, ele tem de ser pensado como aquele no qual os contrários coincidem. Cusano ilustra esta idéia com um exemplo geométrico: a tangente de uma circunferência de num ponto. Mas se a circunferência é infinitamente grande, ele coincidirá com a tangente. Isto é compreensível, mas não real imaginável. Trata-se, para Cusano, de entender esse limite do saber para assim olhar para a própria ignorância e entendê-la na sua essência. Além disso, Cusano estuda o tipo de reconhecimento humano, estudo esse que o conduz à determinação de uma relação entre a atividade intelectual humana e a divina.

O intelecto compara e diferencia coisas, produz relações numéricas, mede e calcula. O conhecimento assim alcançado sobre as coisas permanece, no entanto, sempre relativo e incompleto, já que entre as inumeráveis coisas do mundo se pode sempre encontrar "mais" relações. Somente um critério absoluto permitiria fixar os limites do particular. A diferenciação interminável do mundo só se completaria e resolveria a partir da unidade absoluta dos contrários. Segundo Cusano, a razão apodera-se do entendimento, não apreende, mas "toca" o absoluto. Graças a esse contacto, a razão pode pensar a comensurabilidade enquanto tal e a unidade enquanto tal, e essa faculdade de pensar é o fundamento da atividade intelectual, que sem aquela só a esmo diferenciaria.

Esta relação entre razão e intelecto mostra ao espírito humano como é que ele próprio torna possível o seu saber, em vez de se adaptar completamente à realidade pré-ordenada das coisas. A unidade enquanto fundamento do cálculo e da matemática estabelece a independência do espírito, bem como, por exemplo, todas as unidades de medida, a que Cusano chama "hipóteses" (proposições). Com as hipóteses, o homem aproxima-se da relação das coisas, nunca definitivamente apreendida. Esta atividade criadora é análoga à atividade de Deus: "Pois, tal como Deus é o criador do verdadeiro ser e das formas naturais, o homem é o criador do ser imaginado e

das formas artificiais; estas não são mais do que semelhanças do seu espírito, assim como as criaturas são semelhanças do espírito divino,”

Renascimento e Platonismo

Com o seu pressuposto de um princípio absoluto (Deus), de quem, em última análise — graças ao contacto da razão com esse absoluto — deriva todo o conhecimento e tudo o que é reconhecível, Cusa no retoma idéias (neo)platônicas. E não estava sozinho — no século XV houve uma autêntica revivescência do Platonismo. Desde o tempo de Petrarca, os pesquisadores de fontes humanistas já tinham descoberto todos os escritos de Platão na língua original; Marcílio Ficino traduziu-os a todos, pela primeira vez, para o latim e tornou-os, assim, acessíveis aos eruditos europeus. Ficino e outros humanistas animados pelo mesmo espírito tinham um protetor importante, Cosme de Médicis, grande banqueiro, mecenas e governante não oficial da República instituída de Florença. Desde os finais dos anos 50 do século XV encontravam-se esporadicamente numa propriedade de campo de Cosme para uma tertúlia, que desde então ficou conhecida como a Academia Platônica de Florença.

Ficino via na filosofia de Platão uma doutrina muito atual que permitia unir todas as tendências divergentes da época. Ela seria capaz de conciliar a religião e a filosofia, a metafísica e a ciência, em tudo discordantes. O pensamento de Platão não só já continha, por antecipação, a doutrina cristã, como transmitia, por recorrência, a sabedoria originária, aquela que talvez exprime mais puramente a principal revelação. A *Theologia Platônica* (1474) de Ficino quer mostrar essa força integradora de uma “religião filosófica”, na medida em que apresenta o espírito e a natureza, bem como todos os graus do ser numa única cadeia contínua. Ficino, seguindo a tradição neoplatônica alterada (platônica), chama a esses graus: “ser divino”, “esfera das inteligências” ou “idéias puras” (“mundo dos anjos”); “alma”; “qualidades físicas” (cor, calor, etc.); “corpos” (matéria informe, quantidade puramente material). É na alma do mundo que reside o centro do ser. Ela tem as suas correspondência e representação na alma (no espírito) do homem, que assume então uma posição central no universo. A faculdade humana de conhecer pode ligar os extremos - Deus e o corpo - e espelha (e, em certo sentido, só então criar) a unidade geral do ser.

A percepção e o reconhecimento não são para Ficino, um ato de compreensão e assimilação passivo, mas uma adequação da alma ao reconhecido, que só é possível porque a alma participa em todos os graus do ser. Goethe traduziu esta idéia platônica da correspondência entre o sujeito que reconhece e o objeto reconhecido da seguinte forma: “Se o olho não tivesse em si algo de sol, nunca poderia ver o sol; se em nós não houvesse a própria força de Deus, como poderia o divino encantar-nos?” A idéia de a alma tender para o alto na sua aproximação a Deus e uma visão estética do mundo, cuja clara harmonia experimentamos na concordância com a nossa alma, permitiram muitas vezes que a doutrina de Ficino fosse entendida como o equivalente filosófico da arte do Renascimento.

A posição livre e central do homem é, tal como em Ficino, também enfatizada pelo seu discípulo Pico della Mirandola. No discurso que se tornou famoso, “Da Dignidade do Homem”, ele põe Deus-Pai a dizer a Adão: “A natureza dos restantes seres está contida nas leis por mim prescritas, sendo, por isso, limitada, Tu não estás limitado por nenhum tipo de obstáculo insuperável. Coloquei-te no centro do mundo para que daí pudesses confortável mente olhar à tua volta e avistar melhor tudo quanto há no mundo, Não te fiz nem celestial nem terreno, nem mortal nem imortal, para que, sendo de ti próprio o absolutamente livre e soberano artífice, te moldasses e esculpisses na forma da tua preferência.”

O homem enquanto centro do mundo evidentemente não significa aqui que o homem, enquanto imagem de Deus, é, por princípio a medida de todas as coisas. O centro aqui é muito mais um lugar indeterminado por oposição ao lugar determinado das restantes criaturas. O centro significa ausência de uma direção definida que, enquanto franqueza positiva, constitui o potencial da liberdade.

A filosofia moral platônica não foi incontroversa no Renascimento. Assim para Crístopero Landino, por exemplo, o homem era uma unidade formada pelo corpo e pela alma, bem como um ser social. À *vita activa*, ou “vida ativa”, é dada a primazia em relação à *vita contemplativa*, ou “vida espiritual”, altamente valorizada pelos platonistas: “A natureza, excelente mãe, fez-nos para a participação ativa na vida em sociedade e para a conservação da comunidade humana.” Pedro Pomponazzi, discípulo aristotélico, sublinhou de forma bastante conseqüente a realidade irresolúvel da ligação entre o corpo e a alma. Ele até repudiava a possibilidade da imortalidade da alma, uma objeção que, para a época, era deveras ousada.

Razão e Experiência

O Século XVII

Autoconsciência filosófica

A observação da natureza, o olhar a partir do cosmos fechado, a autoconsciência e a valoração da subjetividade humana tais são os princípios que começam a gerar uma concepção do mundo, no Renascimento, e que, já no Barroco, seriam complementados e desenvolvidos, mas recebendo sobretudo novos fundamentos. A natureza é, neste período, estudada com muito sucesso, através de métodos de medição e experimentação que têm por base critérios matemáticos. O antigo modelo cosmológico, em que a Terra é o centro imóvel, é definitivamente abandonado, e a nova concepção do sistema solar torna-se aos poucos óbvia para todos aqueles que desfrutam do privilégio da educação.

Do ponto de vista da história da criação, pensadores sensatos, eminentemente lógicos, já não atribuem ao homem um lugar privilegiado no cosmos, mas vêem-no como um ser dotado de determinadas afecções e propenso a viver em sociedade. E a autoconsciência transforma-se num conceito filosófico, num lugar do pensamento puro por oposição ao mundo das coisas, e procura em si mesma princípios do conhecimento, a fim de dar uma unidade sistemática à massa daquilo que existe para ser investigado.

Esta questão dos princípios do conhecimento, justificáveis pela razão, põe-se cada vez mais, com o desenvolvimento da ciência natural. Por um lado, tanto as teses filosóficas como as hipóteses ou explicações físicas devem ser examinadas e passíveis de ser compreendidas no seu contexto através da realidade empírica. A descoberta e a conseqüente aplicação de um determinado método asseguram a transparência construtiva das teses. Falar de “sistemas” filosóficos torna-se comum. Estes consistem em problemas, formulados e solucionados metodicamente, cujo sentido pode ser avaliado pelos seus pressupostos e interpretações bem sucedidas (do mundo).

Por outro lado, a “filosofia” permanece, ainda como o conceito geral de ciência; aliás, a obra principal de Newton sobre mecânica e o sistema do mundo, publicada em 1687, por exemplo, intitula-se Os Princípios Matemáticos da Filosofia Natural Mas, na verdade, a física já adquiriu aqui a sua independência. Por isso é que a filosofia se concentra sobretudo em suposições fundamentais, que são pressupostos conscientes ou inconscientes em cada uma das ciências específicas, embora elas próprias não cheguem a ser tema.

O que “é” verdadeiramente, qual é a “substância” que permanece na mudança dos fenômenos ocasionais e está na base do aparecimento? Ou não se pode dizer nada sobre algo como

substância e apenas as percepções particulares são reais? O que significam as respostas a estas perguntas para a compreensão da “verdade” e para afirmações que pretendem ser universalmente válidas? Tais problemas constituem, evidentemente, um primeiro domínio da filosofia. São os problemas da metafísica, que nesta altura ganham um colorido especificamente moderno e gnoseológico. Podemos, a título de exemplo, explicá-lo da seguinte forma: o pensar e o ser do pensado são, no próprio pensamento, diferentes. Este confronto existe na filosofia desde a Antiguidade. Há desde então também regras para determinadas operações racionais (lógica) e teorias sobre a relação entre o pensamento e o ser, bem como sobre o modo como se chega a afirmações verdadeiras sobre Deus e o mundo. Na Idade Moderna o pensamento volta-se para si mesmo e isola-se do “mundo exterior”, para só então, num caso filosófico extremo, criá-lo a partir de um eu abstrato. Esse caso extremo, no entanto, ainda não surge no século XVII.

O filósofo John Locke redige uma obra extensa sobre o conhecimento humano sem correspondência nenhuma na Antiguidade e Idade Média. O pensamento é minuciosamente estudado no seu “funcionamento”. Em David Hume, então, a consciência e o saber passarão a estar reduzidos às impressões. As suas cópias e associações e todas as afirmações sobre a substância e a realidade separada do conhecimento serão abandonadas.

A frase de Descartes, “Penso, logo existo”, é, pelo contrário, entendida como ponto de partida do conhecimento objetivo da realidade. Mas é também o lema da nova posição do pensamento e do ser a realidade existe para nós numa rede de construções pensadas. A matemática torna-se o ideal metódico da filosofia: “Aqueles que buscam o caminho certo para a verdade não podem ocupar-se de nenhum objeto a partir do qual não possam alcançar uma certeza equivalente às provas aritméticas e geométricas”.

A natureza é um desses objetos, se for observada só como uma matéria determinada apenas causalmente, segundo normas. A unidade imediata entre o homem e a natureza ou o cosmos, tal como tinha sido vivida no Renascimento, é portanto abolida. Os filósofos distinguem entre aquilo que se pode afirmar com segurança, de acordo com as condições do conhecimento, e as coisas em si, fora de qualquer relação cognoscitiva. No Renascimento, descobrir belezas harmoniosas nas relações entre medidas geométricas e as suas correspondências na natureza significava descobrir características ainda verdadeiras e necessárias no plano de construção do mundo. A racionalidade moderna, ao contrário, desfaz, em muitos aspectos, o laço místico dos significados entre as coisas, o intelecto humano e a ordem divina.

Assim, é compreensível que, por exemplo Hegel, que, por volta de 1820, proferiu palestras sobre a história da filosofia em que considerava que o reaparecimento correspondente da filosofia datava somente do século XVII, com Descartes, embora visse na cultura geral do Renascimento e da Reforma o início de uma nova era. Se com isso os pensadores do Renascimento foram também subestimados, é preciso não esquecer que, no século XVIII e até Hegel, as correntes importantes

da tradição filosófica — as autoridades antigas excluídas — foram iniciadas por Descartes, Locke, Leibniz e os seus contemporâneos, remontando raramente até um Ficini ou mesmo um Giordano Bruno.